



A SCIT opera sob a direção e supervisão da Procuradoria-Geral da RDTL



“Trabalhamos segundo a lei, não segundo a vontade das pessoas”

Há quanto tempo assumiu o cargo de Procurador-Geral da República de Timor-Leste?
Iniciei no cargo antes da restauração da independência. Meu segundo termo teve início em julho de 2006. No total há nove anos que estou no cargo.

Que balanço faz desses nove anos? Quais foram as maiores dificuldades e conquistas?

Como sabe, este é um país muito jovem em que todas as instituições nasceram numa situação difícil. Começou-se do zero. Tivemos que capacitar o próprio bebê. Mas agora o bebê já começou a andar, os mecanismos legais já foram criados: os regulamentos, as leis, os próprios estatutos do Ministério Público, que só entraram em vigor em 2005. É óbvio que todos achamos que o desenvolvimento é um pouco lento, mas não podemos fazer tudo num dia. Quanto a situações difíceis por que passámos, estas dizem respeito a casos onde a natureza de um crime vem misturada a uma situação de natureza política. Por exemplo, as investigações sobre a crise de 2006, o Alfredo Reinado, etc. São situações difíceis. Por um lado, por causa da necessidade de o Ministério Público informar o público sobre o nosso trabalho e, por outro, por causa das lutas políticas nos bastidores, a brincar com o mecanismo da justiça.

Do ponto de vista legal, o quadro está, então, completo?

Sim. Do ponto de vista legal, está. Agora o problema que temos é operacional.

E quais são as necessidades operacionais mais urgentes?

O mais urgente é implementar o meu plano estratégico para o Ministério Público, que estabelece por exemplo um mínimo de 20 procuradores efectivos para o Ministério Público. Neste momento temos 9 procuradores e 4 estagiários. O plano prevê o estabelecimento de equipas por áreas específicas e a rotatividade dos promotores nos distritos. Acredito que o plano estará totalmente implementado até 2010, 2011 e, a partir daí, já poderemos responder às obrigações básicas do nosso mandato.

São estas dificuldades que estão na origem do atraso dos processos na Procuradoria?

Devo clarificar que nós temos um montante de cerca de 4500 casos que estão pendentes na fase da investigação. O Ministério Público tem uma interdependência enorme em relação aos outros serviços da justiça, falando neste caso específico, da polícia, que coadjuva o Ministério Público fazendo os trabalhos da investigação criminal. Volto agora a repetir que todos estes processos estão pendentes na fase da investigação. Reconhecemos que a própria polícia também enfrenta as suas dificuldades. No entanto, ninguém vem falar das dificuldades que estamos a enfrentar, ambas as instituições. Se isto não se resolver, a situação vai se agravar, o número não vai parar de crescer.

O seu desempenho tem vindo a ser questionado nos últimos tempos, nomeadamente questionam a sua imparcialidade face ao poder político. O que é que tem a dizer a estas pessoas?

Primeiro tenho a dizer que cada um devia preocupar-se com os seus mandatos. Os políticos de vez em quando vêm com esses temas não para questionar a verdade, a realidade mas para levantar suspeitas, sem verificar a realidade. Eu sei qual é o meu cargo, sei o que devo fazer e sei o que devo como devo aguentar, gerir essas guerrilhas políticas. Já não é uma surpresa para mim.

O que é certo é que os meus procuradores conhecem-me, faço o meu trabalho só com eles, não trabalho com mais ninguém. É claro que, como instituição, o Ministério Público tem que se relacionar com outras instituições do Estado, só isso.

Então a única coisa que o guia no seu trabalho é a lei...

Podem perguntar aos meus procuradores que estão aqui. Nunca intervenho nos processos que estão sob a responsabilidade dos procuradores da república. Nacional ou internacional, jamais interferi. O certo é que não trabalhamos para satisfazer pessoas, ninguém. Fazemos as coisas segundo a lei. Se alguém fica satisfeito ou não, não é da conta do Ministério Público. Trabalhamos segundo a lei, não segundo a vontade das pessoas.



Editorial:

Este boletim tem o objetivo de manter a população timorense informada sobre o andamento dos trabalhos da Equipa de Investigação de Crimes Graves, dentro dos limites éticos de confidencialidade que nosso mandato exige. Além disso, visa fornecer informações precisas sobre as atividades da SCIT, bem como sobre outros temas relevantes relativos à Justiça, especialmente quanto às sérias violações contra os direitos humanos ocorridas em 1999. Nesta primeira edição, abrimos espaço para o Procurador-Geral de Timor-Leste, principal responsável pela busca da verdade e da justiça.

Marek Michon
Chefe da SCIT



UNMIT/Equipa de Investigação de Crimes Graves (SCIT) Boletim • Número 1 • Out. 2008

SCIT-UNMIT
UN House
Rua Caicoli
DILI

Fone: 330-410
Fax: 330-4110

UNMIT- Centros Regionais de Apoio
BAUCAU: Vila Nova
MALIANA: Holsa Soso

Maiores Informações:
Júlia Galvão Alinho
Relações Externas
Mov: +670 73 11 519
E-mail: alinho@un.org

Investigando 1999 para promover a Justiça em Timor-Leste

WWW.UNMIT.ORG/
SERIOUS CRIMES

Na abertura do ano parlamentar, Presidente fala sobre Crimes Graves de 1999 e Indultos

Em discurso feito no Parlamento em 9 de outubro, o presidente Ramos-Horta disse não apoiar um tribunal internacional devido aos interesses maiores da nação. Entretanto, afirma: “É importante investigar os crimes e condenar seus autores. Esta é minha opinião e atitude desde o início e assim vai continuar sendo”. Quanto aos indultos concedidos a perpetradores de crimes graves, ele diz: “Os indultos presidenciais não diminuem a reprovação pelo mau que foi feito. Pelo contrário, o indulto conluma a sociedade timorense a um gesto de grandeza, que é o de renunciar à vingança, perdoar o mau sofrido, embora sem esquecê-lo, e dar uma segunda chance aos nossos irmãos desorientados”.

A República de Timor-Leste assinou um acordo para estabelecer a SCIT, para retomar e completar as investigações sobre os crimes de 1999. Quais são os aspectos mais importantes deste acordo?

Tínhamos a Unidade de Crimes Graves que terminou a sua missão, junto com a UNMISSET em 2005, deixando dezenas, senão centenas de casos por resolver. É claro que as pessoas, as partes interessadas nestes processos, querem ver resultados. Por isso o Governo, com toda a responsabilidade moral, depois de debater com o Ministério Público e as Nações Unidas, entendeu que precisávamos estabelecer uma Equipa de Investigação para os processos de Crimes Graves de 1999, para concluir as investigações. As acusações dependerão dos resultados e também dos mecanismos que se encontrem para lidar com estes casos, mas, pelo menos, as provas e a verdade do que se passou será recolhida e guardada.

Então o mandato da SCIT é diferente do mandato da Unidade de Crimes Graves?

Claro. O mandato da antiga Unidade de Crimes Graves podia formular acusação junto ao tribunal para julgar esses casos, os painéis especiais para crimes graves. Agora, o da SCIT, é só para investigar os casos pendentes deixados pela SCU.

Quando eles terminam a investigação, enviam-lhe o processo a si?

Sim, e nós aqui é que determinamos, caso por caso, se vamos prosseguir com a acusação ou não. Porque a situação é muito diferente de caso para

caso. Em alguns dos casos, os responsáveis pelos crimes encontram-se fora do país, em outro país soberano. Esta questão da jurisdição tem representado um obstáculo. E este assunto não é só da responsabilidade do Ministério Público, é também da responsabilidade do Governo que tem a pasta de assuntos estrangeiros. O Ministério Público não pode entrar em outro país, para se resolver esta questão tinha que haver um acordo de extradição. Mas isso está fora da minha competência.

E como tem sido o relacionamento com a SCIT até agora?

Temos as nossas reuniões mensais de coordenação, eu recebo regularmente os relatórios e informações da equipa, sobre os progressos, as dificuldades, etc. As questões que caem sob a minha competência, tento resolver e dou apoio, sobretudo através do meu adjunto. A Equipa está a cumprir com suas obrigações.

Recentemente o Presidente perdoou algumas pessoas que tinham sido condenadas por crimes contra a humanidade. O que pensa disso?

O senhor Presidente tem competência para conceder perdões. Foi-nos pedido um parecer, nós demos este parecer, caso a caso. No entanto, penso que as nossas recomendações não foram completamente tidas em consideração. É de lamentar que os perdões não tenham sido mais ajustados à situação específica de cada arguido.

A SCIT foi aos 13 distritos para explicar o seu trabalho

População Manifesta Opiniões e Preocupações sobre Justiça

Entre 19 de agosto e 16 de setembro de 2008, o chefe da Equipa de Investigação de Crimes Graves e parte de sua equipa, percorreram todos os 13 distritos do país participando de reuniões com líderes comunitários a fim de explicar o mandato e o trabalho da SCIT e responder perguntas sobre as graves violações contra os direitos humanos ocorridas em 1999. As reuniões tiveram a presença de chefes de suco, representantes de ONGs, oficiais da PNTL e UNPol, além de parentes das vítimas. Foram 378 pessoas no total.

A principal preocupação foi com “a necessidade das famílias das vítimas de saber da verdade e ter alguma reparação pelo que sofreram”. Além disso, os líderes comunitários solicitaram esclarecimentos sobre a diferença entre os mandatos da SCIT, CAVR e TCF, mais



Reunião em Ainaro

especificamente, as distinções entre processos judiciais e outros processos políticos.

Esta iniciativa foi uma cooperação entre o Gabinete de Informações Públicas e Unidade de Direitos Humanos da UNMIT, o Secretariado Pós-CAVR, A Provedoria de Direitos Humanos, além de representantes de grupos religiosos e parlamentares da Comissão A sobre Justiça. A SCIT pretende realizar outra sessão de reuniões, em todos os distritos, no início do ano que vem.

Seção Forense da SCIT Treina Cadetes da PNTL

‘O Papel dos Peritos Médico-Legais na Investigação de Crimes’ foi tema de um treinamento de dois dias conduzido pela Seção Forense da SCIT, a pedido da UNPol. As sessões foram realizadas nos dias 13 e 14 de outubro, com participação de 60 cadetes da PNTL. Ao partilhar sua experiência com investigações sobre os crimes graves ocorridos em 1999, a Seção Forense da SCIT espera conscientizar as forças do país sobre o dever de observar-se o Estado de Direito e respeito aos direitos humanos das vítimas na condução eficaz de investigações.

